

Artigo | Dossiê História Oral: experiências, trajetórias e percursos de pesquisa

## Ouçam, por favor: a natureza e as comunidades agradecem – história Oral e Patrimônio Biocultural para a conservação e a biodiversidade

Maria Fernanda Rollo, Universidade NOVA de Lisboa 

### Palavras-chave:

história oral;  
patrimônio  
biocultural;  
humanidades  
ambientais.

**Resumo.** Este artigo analisa os contributos da história oral para compreender as dinâmicas socioecológicas e valorizar o património biocultural como dimensão essencial da sustentabilidade. A partir de entrevistas recolhidas em doze projetos do programa Memória para Todos, em territórios diversos – rurais, florestais, costeiros, urbanos e insulares, exploram-se os vínculos entre pessoas, natureza e território. As narrativas orais revelam práticas de cuidado, saberes locais, percepções das transformações ambientais e um desejo reiterado de participação. Organizado em seis eixos, o artigo defende que a história oral permite captar experiências situadas, frequentemente ignoradas pelas abordagens técnico-científicas. As entrevistas constituem ecologias da memória – dispositivos que articulam conhecimento, afetos e ação – e funcionam como instrumento de justiça ambiental, reconhecimento cultural e governação democrática. Ao propor a memória como patrimônio e mecanismo de intervenção, o artigo contribui para repensar o papel das comunidades nas políticas ambientais e territoriais, defendendo uma abordagem inclusiva, situada e culturalmente enraizada

### Keywords:

oral history;  
biocultural  
heritage;  
environmental  
humanities

[EN] Listen, please: nature and communities give their thanks – Oral History and Biocultural Heritage for Conservation and Biodiversity

**Abstract.** This article analyzes the contributions of oral history to understanding socioecological dynamics and valuing biocultural heritage as a key dimension of sustainability. Based on interviews collected in twelve projects of the Memória para Todos program, across diverse territories – rural, forested, coastal, urban and island – we explore the relationships between people, nature and place. Oral narratives reveal care practices, local knowledge, perceptions of environmental change and a recurring desire for participation. Structured around six analytical axes, the article argues that oral history enables access to situated experiences often overlooked by technical-scientific approaches. The interviews constitute ecologies of memory – devices that interweave knowledge, affect and action – and function as tools for environmental justice, cultural recognition and democratic governance. By proposing memory as heritage and a mechanism of intervention, the article contributes to rethinking the

	<p>role of communities in environmental and territorial policies, advocating for an inclusive, situated and culturally rooted approach.</p>
<b>Palabras clave</b> historia oral; patrimonio biocultural; humanidades ambientales.	<p><b>[ES] Escuchen, por favor: la naturaleza y las comunidades lo agradecen – historia oral y patrimonio biocultural para la conservación y la biodiversidad</b></p> <p><b>Resumen.</b> Este artículo analiza las contribuciones de la historia oral para comprender las dinámicas socioecológicas y valorar el patrimonio biocultural como dimensión esencial de la sostenibilidad. A partir de entrevistas recogidas en doce proyectos del programa Memoria para Todos, en territorios diversos – rurales, forestales, costeros, urbanos e insulares –, se exploran los vínculos entre personas, naturaleza y territorio. Las narrativas orales revelan prácticas de cuidado, saberes locales, percepciones de los cambios ambientales y un deseo reiterado de participación. Estructurado en seis ejes analíticos, el artículo sostiene que la historia oral permite captar experiencias situadas, frecuentemente ignoradas por los enfoques técnico-científicos. Las entrevistas constituyen ecologías de la memoria: dispositivos que articulan conocimiento, afectos y acción, y funcionan como herramientas de justicia ambiental, reconocimiento cultural y gobernanza democrática. Al proponer la memoria como patrimonio y mecanismo de intervención, el artículo contribuye a repensar el papel de las comunidades en las políticas ambientales y territoriales, defendiendo un enfoque inclusivo, situado y culturalmente arraigado.</p>

## Introdução – A memória como ferramenta crítica para pensar o território e o futuro

Em um tempo marcado por crescentes desafios ambientais, sociais e territoriais, torna-se imperativo repensar a forma como concebemos e habitamos os ecossistemas. A crise climática, a perda de biodiversidade, a fragmentação das paisagens e o esvaziamento demográfico de vastas regiões interpelam as formas tradicionais de conhecimento, participação e governação. Este artigo propõe uma reflexão sobre a contribuição da história oral para compreender essas transformações e reforçar o papel das comunidades na construção de futuros mais justos e sustentáveis. Como defende Sprenger (2019), a própria ideia de “ambiente” tem uma história complexa e instável, moldada por diferentes formas de conhecer, representar e governar o mundo natural.

Com base em um conjunto diversificado de testemunhos recolhidos no âmbito do programa *Memória para Todos*<sup>1</sup> (MpT), analisamos de que modo as entrevistas expressam as relações entre pessoas, territórios e natureza, em contextos, ecológica e socialmente, diferenciados. A partir dessas narrativas, abordamos a memória como patrimônio vivo e como ferramenta epistemológica, ética e política, capaz de informar práticas de governação participativa enraizadas nas realidades locais.

Ao valorizar a memória como fonte e prática, a história oral permite captar saberes situados (Haraway, 1988), afetos, vínculos intergeracionais e formas de relação com o ambiente ignorados, frequentemente, por abordagens técnicas dominantes. Como argumentam autores como Paul Thompson (1978, 2000, 2001) e Alessandro Portelli (1989, 1997), a oralidade não é apenas canal de transmissão de fatos, mas expressão de valores, subjetividades e experiências incorporadas. Este estudo contribui para os campos das humanidades ambientais (Williams e Riley, 2020; Endres, 2014; Crate, 2008; Riedlinger e Berkes, 2001) e da história pública (Albagli e Iwama, 2022; Tauginienė *et al.*, 2020; Berti Suman e Alblas, 2023) e a valorização da ciência cidadã, colocando a escuta e a coprodução de conhecimento no centro da relação entre investigação e território.

A memória cultural, associada aos ecossistemas, constitui um patrimônio biocultural, entendido como entrelaçamento de práticas, linguagens, modos de vida e biodiversidade (Posey, 1999; Maffi, 2001, 2005). Ao recuperar e dar expressão a esse patrimônio, as narrativas de quem habita, cuida e transforma os territórios tornam-se instrumentos para a construção de políticas públicas mais justas, inclusivas e enraizadas. A história oral afirma-se, assim, como ferramenta de justiça ambiental e territorial, conferindo visibilidade a práticas de cuidado, percepções de transformação e vozes, frequentemente, marginalizadas.

Neste artigo, exploramos de que forma as histórias de vida e as memórias coletivas revelam a complexidade das relações entre natureza, cultura e comunidade. A escuta e a valorização das vozes locais surgem como

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.memoriaparatodos.pt>

dispositivos, simultaneamente, de investigação e de intervenção, capazes de gerar conhecimento situado e ação partilhada.

O corpus de análise baseia-se em entrevistas recolhidas, entre 2016 e 2024, em doze projetos do programa *Memória para Todos* (MpT), que interpelam a relação entre comunidades e paisagens em zonas rurais, urbanas, costeiras, florestais, de montanha e insulares – algumas com estatuto de Reserva da Biosfera. O programa adota uma metodologia sistematizada de história oral, com protocolos comuns de recolha, tratamento e disponibilização em acesso aberto. As entrevistas são organizadas e indexadas, com palavras-chave associadas a momentos específicos dos registros audiovisuais, acompanhadas de fichas técnicas e biografias breves, o que permite trabalhar com um corpus extenso e territorialmente diverso.

A análise assenta-se em seis eixos principais, definidos à luz da literatura especializada e dos objetivos do estudo: (1) sentido de pertença e enraizamento; (2) diversidade ecológica dos territórios; (3) consciência da interdependência entre comunidades e natureza; (4) saberes locais e práticas de cuidado ecológico; (5) percepção das transformações e ameaças ambientais; e (6) desejo de participação nas políticas de conservação, defesa da natureza e do patrimônio biocultural. A leitura dos testemunhos articula essas dimensões com referências a contextos culturais e territoriais distintos, visando identificar padrões e singularidades.

Com base nesta grelha conceitual e metodológica, o artigo comprehende três objetivos principais: destacar o valor epistemológico e político da história oral enquanto abordagem capaz de revelar saberes, afetos e experiências que contribuem para novas formas de habitar e governar o território; explorar a sua relevância para o estudo das dinâmicas socioecológicas, reconhecendo a interdependência entre natureza e cultura, entre práticas cotidianas e sustentabilidade; e discutir o potencial das memórias orais para informar políticas públicas participativas, enraizadas nos territórios e sensíveis à diversidade ecológica e cultural.

As entrevistas analisadas constituem “ecologias da memória”: dispositivos de leitura territorial que articulam experiências vividas, saberes tácitos e visões de futuro. Reconhecê-las como fontes de conhecimento e como práticas de cidadania ativa permite recentrar o papel das comunidades na construção de políticas públicas, culturalmente, sensíveis e, ecologicamente, enraizadas.

Escutar, como defendem Slim e Thompson (1993), é um ato político de valorização do outro, condição fundamental para processos participativos efetivos. Ao posicionar a história oral como instrumento epistemológico e político, este artigo sublinha o seu contributo para formas partilhadas de governação territorial, capazes de articular memória, conhecimento ecológico e estratégias de adaptação.

### **Memória, território e natureza: perspetivas da história oral**

A história oral permite aceder a formas situadas e vividas de conhecimento que frequentemente escapam aos modelos institucionais e normativos sobre o território e a natureza. As entrevistas analisadas neste artigo mostram que memória, território e natureza se entrelaçam de forma íntima e muitas vezes indissociável. As narrativas construídas a partir das experiências de vida revelam como os lugares são sentidos, habitados e transformados pelas comunidades, e como essas relações moldam não apenas o espaço físico, mas também os vínculos afetivos, os sentidos de pertença e as estratégias de cuidar/*kinship*. O conceito de *kinship biocultural* – baseado no respeito mútuo e na responsabilidade compartilhada – tem sido relevante como apoio à governança ambiental colaborativa, incentivando decisões inclusivas, confiança mútua e a integração de sistemas de conhecimento diversos.

A memória oral desempenha, nesse contexto, um papel de mediadora entre natureza e cultura. Ao dar voz a quem vive, cotidianamente, os territórios, a história oral capta dimensões que ultrapassam a materialidade dos ecossistemas: práticas de uso da terra, saberes transmitidos entre gerações, histórias de resistência e adaptação, vínculos simbólicos e espirituais com a

paisagem, sentimentos de pertença. Esta abordagem cruza-se com as propostas das humanidades ambientais, que propõem uma leitura relacional da vida nos territórios e sublinham a ligação profunda entre os seres humanos e o mundo natural (Sowards 2010; Armiero, 2017, 2021; Endres, 2011).

As entrevistas recolhidas nos projetos analisados permitem compreender como as alterações ecológicas – resultantes das mudanças climáticas, do despovoamento, da pressão urbanística ou do turismo intensivo – são vividas, narradas e reinterpretadas pelas comunidades. Mais do que identificar impactos, trata-se de escutar como esses processos são incorporados em trajetórias individuais e coletivas, como propõem Hussey e Paul Thompson (2001).

A história oral, nesse sentido, não é apenas uma metodologia, mas um exercício crítico de escuta e interpretação, promovendo a reflexão crítica sobre os modos de habitar o mundo e de interpretar a experiência ecológica. Os testemunhos orais podem contribuir para a construção de uma memória ambiental, ou ecológica, coletiva, partilhada, que articula práticas, afetos e aprendizagens acumulados ao longo do tempo. Essa possibilidade torna-se, particularmente, evidente quando olhamos para contextos concretos, como as florestas de Vouzela, as zonas costeiras de Almada ou a Lagoa de Óbidos, onde as memórias se enraízam nos ciclos da terra, nos ritmos da água e nos saberes do cotidiano.

As entrevistas demonstram que as memórias são, simultaneamente, repositórios e estratégias de resistência face à erosão dos modos de vida tradicionais e ao distanciamento ou invisibilidade das comunidades dos processos de planeamento e decisão. Reconhecer e valorizar essas narrativas é, por isso, um passo essencial para integrar os saberes locais nas estratégias de sustentabilidade – não apenas como patrimônio cultural, mas como patrimônio biocultural. A história oral permite, assim, recentrar o papel das comunidades na construção de políticas públicas mais enraizadas, sensíveis à diversidade de experiências e atentas à complexidade dos territórios.

## ***Memória para Todos: um arquivo de história oral, uma plataforma de história pública***

O programa *Memória para Todos* constitui uma infraestrutura de investigação e participação pública, construída com base em princípios de envolvimento das comunidades, alinhando-se com as práticas de ciência cidadã, história pública e ciência aberta. Desde a sua criação, tem procurado criar condições para a recolha, a preservação, a valorização e a partilha de testemunhos orais, ancorados nos territórios e nas comunidades (Rollo, 2019, 2020, 2021, 2025). Com mais de vinte projetos realizados, integra um vasto acervo de mais de 1500 entrevistas que refletem uma enorme diversidade de contextos – urbanos e rurais, florestais e costeiros, insulares e continentais – e uma pluralidade de vozes, experiências e relações com o mundo natural.

O MpT articula uma abordagem metodológica que assume a história oral como processo colaborativo, em que os entrevistados não são apenas fontes de informação, mas parceiros na construção do conhecimento. A dimensão ética é central: todas as entrevistas são realizadas com consentimento informado, em contextos, previamente, apresentados às comunidades, e os testemunhos são devolvidos às próprias populações através de exposições, publicações, plataformas digitais ou eventos públicos. Como sublinha Leddy (2010), a colaboração genuína com comunidades requer não apenas escuta, mas também compromisso com os seus tempos, valores e formas próprias de narrar e partilhar conhecimento.

O MpT distingue-se, também, por sua vocação pública e compromisso em matéria de acessibilidade. Os materiais recolhidos são disponibilizados por meio de uma plataforma digital aberta, que permite aceder às entrevistas, às fichas técnicas, aos metadados e a conteúdos multimédia organizados em coleções temáticas, sendo que todos os conteúdos são georreferenciados. Esse sistema obedece a padrões internacionais de organização da documentação e preservação digital, assegurando, desse modo, a integridade dos dados e a sua valorização enquanto patrimônio cultural imaterial.

Além disso, o projeto desenvolve, regularmente, iniciativas com escolas, universidades, instituições locais e centros de ciência, incentivando o envolvimento das comunidades na construção do seu próprio arquivo de memórias. A metodologia integra práticas de cartografia participativa, oficinas intergeracionais, trabalho de campo e co-construção de narrativas, consolidando uma abordagem interdisciplinar que cruza história, geografia, ecologia, antropologia, sociologia e estudos do patrimônio.

A partir desta estrutura, o MpT vem afirmando-se como uma plataforma de história pública com forte impacto territorial, científico e social. Ao colocar as memórias no centro da análise e da intervenção, o projeto contribui para revelar formas de conhecimento frequentemente invisibilizadas – e para transformar essas vozes em recurso coletivo para o planeamento e a ação, nomeadamente nas áreas da conservação, da governação participativa e da educação para a sustentabilidade. Nesse sentido, como argumenta Jong (2018), o processo de recolha implica, frequentemente, uma transição da memória comunicativa para a memória cultural, moldada pelas instituições que conservam, organizam e expõem os testemunhos.

### **Histórias que habitam o território: memórias, natureza e comunidades em mudança**

A análise desenvolvida, neste artigo, baseia-se em um conjunto selecionado de projetos do programa MpT, escolhidos por permitirem explorar, de forma situada e plural, as relações entre comunidades, paisagens e ecossistemas. Os projetos destacam-se pela relevância da dimensão ambiental, pelo forte vínculo das comunidades aos territórios e pela percepção clara das transformações ecológicas e sociais registradas nos testemunhos recolhidos. Trata-se de contextos territorialmente diversos – costeiros, florestais, agrícolas, urbanos e insulares –, alguns com classificação formal ou proteção específica, como as Reservas da Biosfera. São lugares marcados por práticas cotidianas de habitar e cuidar; alguns revelam uma convivência profundamente sensível e enraizada com a natureza; outros, nomeadamente em contextos urbanos, são

distantes, suscitando sentimentos de nostalgia e/ou refletindo relacionamentos condicionados com os espaços verdes.

Os projetos analisados – “Memórias da Lagoa de Óbidos”, “Memórias da Floresta de Vouzela”, “Memórias de Almada”, “Memória da Festa dos Compadres de Santana”, “Memórias das Reservas da Biosfera de Portugal”<sup>2</sup> (Rollo, 2023a, 2025), “Memórias das Aldeias” , “Memórias do Contrabando”, “Ser Principense”<sup>3</sup>, “Treasuring”, “Memórias do Parque de Serralves” (no Porto) (Rollo, 2023b), “Memórias de São Domingos de Benfica” e “Memórias das Avenidas” (dois bairros no centro de Lisboa)<sup>4</sup> – abrangem centenas de entrevistas realizadas entre 2016 e 2024, envolvendo pessoas com perfis diversos: agricultores, pescadores, professores, guardas florestais, técnicos, artistas, moradores de longa data, líderes associativos e outros membros das comunidades locais.

As entrevistas foram analisadas com o objetivo de compreender como as comunidades expressam as suas vivências territoriais, os saberes associados aos ambientes que habitam e as percepções que têm sobre as mudanças ecológicas e sociais em curso. Mais do que um exercício clássico de análise temática,

---

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.reservasdabiosfera.pt/en/>

<sup>3</sup> Disponível em: <https://memoriaparatodos.pt/inweb/ficha.aspx?ns=310000&lang=PO&id=77>

<sup>4</sup> Memórias das Avenidas

<https://memoriaparatodos.pt/inweb/ficha.aspx?ns=310000&lang=PO&id=34> Memórias de

São Domingos de Benfica

<https://memoriaparatodos.pt/inweb/ficha.aspx?ns=310000&lang=PO&id=44> Memórias da

Aldeia <https://memoriaparatodos.pt/inweb/ficha.aspx?ns=310000&lang=PO&id=21> Memórias de

Memórias do Parque de Serralves

<https://memoriaparatodos.pt/inweb/ficha.aspx?ns=310000&lang=PO&id=104> Memórias de

Almada <https://memoriaparatodos.pt/inweb/ficha.aspx?ns=310000&lang=PO&id=130> Memórias

da Floresta de Vouzela

<https://memoriaparatodos.pt/inweb/ficha.aspx?ns=310000&lang=PO&id=120> Memórias da

Lagoa de Óbidos

<https://memoriaparatodos.pt/inweb/ficha.aspx?ns=310000&lang=PO&id=62> Memórias das

Reservas da Biosfera de Portugal

<https://memoriaparatodos.pt/inweb/ficha.aspx?ns=310000&lang=PO&id=52> Memórias do

Contrabando <https://memoriaparatodos.pt/inweb/ficha.aspx?ns=310000&lang=PO&id=49> Memórias

Ser Principense <https://memoriaparatodos.pt/inweb/ficha.aspx?ns=310000&lang=PO&id=77>

Treasuring <https://memoriaparatodos.pt/inweb/ficha.aspx?ns=310000&lang=PO&id=102> Memórias

da Festa dos Compadres de Santana

<https://memoriaparatodos.pt/inweb/ficha.aspx?ns=310000&lang=PO&id=136>

procurou-se evidenciar os contributos específicos da história oral para pensar estratégias e políticas territorialmente enraizadas – nomeadamente, iniciativas de conservação, gestão participativa e valorização do patrimônio biocultural.

Para orientar essa leitura comparativa das entrevistas, foram definidos seis eixos analíticos principais, inspirados pela literatura sobre oralidade, patrimônio, ecologia e justiça ambiental (Hussey e Thompson, 2000; Endres, 2011; Armiero e Sedrez, 2014), alinhados com os propósitos teóricos e políticos deste artigo. Esses eixos visam interrogar, diretamente, o modo como os entrevistados vivem e percecionam a relação com os seus territórios e o ambiente que habitam, dando resposta aos objetivos definidos nesta investigação: (1) sentido de pertença e enraizamento nos territórios; (2) diversidade ecológica dos territórios; (3) consciência da interdependência entre comunidades e natureza; (4) saberes locais e práticas de cuidado ecológico; (5) percepção das transformações e ameaças ambientais; e (6) desejo de participação e voz ativa nas políticas de conservação.

Nas seções seguintes, os eixos são desenvolvidos com base em exemplos selecionados entre os muitos testemunhos recolhidos, procurando evidenciar tanto padrões recorrentes como especificidades locais. A seleção é ilustrativa, valorizando casos que expressam com clareza os temas transversais identificados nos diferentes contextos. Sempre que pertinente, os testemunhos são também colocados em diálogo com contributos da literatura, reforçando o argumento do artigo quanto ao papel da história oral na construção de políticas territoriais mais justas, participativas e enraizadas

#### Eixo 1 – Sentido de pertença e enraizamento nos territórios

Um dos traços mais constantes das entrevistas é a forte ligação emocional e simbólica que os entrevistados expressam em relação aos territórios que habitam. Essa ligação não é, meramente, geográfica ou descritiva; envolve uma dimensão profundamente simbólica, sensorial e identitária, emergindo como fator estruturante da identidade coletiva e individual. O território é evocado pelos entrevistados como espaço de pertença, de reconhecimento e de

continuidade – um espaço vivido, herdado, transformado e compartilhado ao longo de gerações. Por outras palavras, a relação das pessoas com o território afirma-se como fator estruturante da identidade, revelando formas de habitar, cuidar e narrar o território, que enraízam a memória individual em geografias vividas, coletivamente.

Essa ligação manifesta-se, claramente, nas diversas linguagens utilizadas pelos entrevistados, incluindo referências a memórias da infância, à continuidade das práticas tradicionais, aos nomes de lugares, a rituais e às formas de nomear e descrever o ambiente circundante. Em particular, destaca-se a associação entre território e linhagem familiar, reforçando a percepção dos territórios como espaços, simultaneamente, vividos, herdados e transmitidos.

Em “Memórias da Floresta de Vouzela”, os testemunhos recolhidos revelam uma relação histórica entre as comunidades e os territórios florestais, marcada por práticas tradicionais de silvicultura, pastoreio, extração de resina e produção agrícola e um sentimento forte de continuidade intergeracional e aprendizagem comunitária<sup>5</sup>. A floresta, como em outros projetos, é, para além de fonte de sustento, um espaço de aprendizagem, enraizando saberes na paisagem e fortalecendo vínculos familiares e comunitários.

Na Gorongosa, os testemunhos são múltiplos, refletindo uma simbiose profunda e natural com o território e os outros seres vivos. Domingos Muala<sup>6</sup> refere-se a essa relação como uma “conexão mental cultural”. A relação pessoal de Pedro Muagura com os mabecos (cães-selvagens-africanos) constitui um exemplo expressivo dessa interligação entre fauna e identidade cultural, contando que o mabeco é mais do que um animal: tem um significado espiritual e familiar profundo na sua comunidade. Muagura conta como viveu a reintrodução dos mabecos, provenientes da África do Sul, no Parque da Gorongosa, ajoelhando-se ao vê-los chegar, em sinal de reverência, expressando

---

<sup>5</sup> Ver entrevistas em <https://memoriaparatodos.pt/inweb/ficha.aspx?lang=PO&ns=310000&pid=0&id=120>.

<sup>6</sup> Entrevista com Domingos Muala. Disponível em: <https://memoriaparatodos.pt/inweb/interview.aspx?ns=2001000&lang=PO&ida=905>

a força das ligações culturais e afetivas entre a sua família e aquele animal<sup>7</sup>. Existem muitos outros exemplos semelhantes.

O projeto “Memórias das Aldeias” reúne dezenas de entrevistas em mais de 25 aldeias diferentes, situadas, na sua maioria, no norte de Portugal. São lugares especiais, marcados por ruralidade, tradição, despovoamento. O sentimento de pertença à aldeia, à ‘minha’ aldeia, emerge, fortemente, nas vozes recolhidas, espelhando geografias afetivas, relações duradouras com os lugares e uma forte consciência da continuidade entre passado, presente e futuro. António Abreu Freire, do Bunheiro, evoca a sua ligação profunda à terra por meio da memória dos “caminhos da areia, da água e dos radiadores”, percorridos desde a infância. Em Rio de Onor, Deolinda do Campo afirma, com ternura, “a minha aldeia assim no meu tempo”, revelando uma ligação identitária marcada por afetos e temporalidade. No Boco, Maria Júlia da Rocha expressa o orgulho em viver na aldeia e a vontade de mostrar aos outros “o que aqui está”. No Silveiro, a confiança entre vizinhos e a memória de um cotidiano seguro são sublinhadas por Paulo Martins e José Silva, que reforçam a dimensão relacional do enraizamento. O sentimento de pertença é, também, transgeracional, como nota Marco Pereira, ao relatar que filhos e netos de emigrantes mantêm laços fortes com Pardilhó<sup>8</sup>.

Nas doze Reservas da Biosfera portuguesas, emerge um profundo sentimento de pertença, expresso em múltiplos testemunhos. A ligação ao território é entendida não como posse, mas como herança vivida, praticada e transmitida. Em Castro Verde e na Meseta Ibérica, por exemplo, agricultores descrevem a terra como “memória de trabalho” e “lugar de saber herdado”, onde as práticas de cultivo estão, intrinsecamente, ligadas à identidade local e à continuidade da vida comunitária. Na ilha do Corvo, o conceito de pertença assume contornos de corresponsabilidade: “A terra é de todos, e todos a cuidam como se fosse sua”. Em Santana, Virgínia Neto associa o território à continuidade

<sup>7</sup> Entrevista com Pedro Muagura. Disponível em:  
<https://memoriaparatodos.pt/inweb/interview.aspx?ns=2001000&lang=PO&ida=897>

<sup>8</sup> Ver entrevistas em:  
<https://memoriaparatodos.pt/inweb/ficha.aspx?ns=310000&lang=PO&id=21>

das tradições: “Aqui tudo tem nome. Cada canto da serra sabe quem por lá passou.” José Sousa descreve a ligação entre a floresta e os modos de vida locais: “As levadas, as veredas, as árvores – tudo faz parte do que somos.” José Carlos Pires, de Gerês-Xurés<sup>9</sup> expressa um vínculo, profundamente, sensorial, ecológico e histórico com o território: “Esta terra é o que somos. Os sons, o cheiro da esteva, as aves. É uma identidade que se sente.” A identidade individual e coletiva é moldada pela interação sensorial com a paisagem natural, fundindo memória pessoal e patrimônio ambiental.

Em espaços urbanos, como no projeto “Memórias de São Domingos de Benfica”, Fernanda dos Santos, Helena Barros, Filomena Grilo ou José Tavares da Silva destacam, igualmente, uma forte sensação de enraizamento e pertença comunitária, por meio de experiências de infância, laços familiares, vivências comunitárias e uma longa história de residência e trabalho na freguesia, compondo memórias afetivas e vivências comunitárias profundas<sup>10</sup>. Também, no caso do Parque de Serralves, os testemunhos são múltiplos, especialmente entre os jardineiros, como José Pinto, e pessoas que aí começaram as suas vidas, como a Luzia Magalhães que nasceu na Quinta, ou que fazem do Parque a sua segunda casa, como aponta Cristina Pereira. Em qualquer dos casos, as suas vidas confundem-se com a história e a vida do Parque<sup>11</sup>.

No Príncipe, ilha inteiramente classificada como Reserva da Biosfera, onde foi realizado o projeto “Ser Principense”, o sentimento de pertença revela-se em uma profunda interdependência entre a comunidade e o território. O enraizamento local expressa-se na transmissão intergeracional de saberes – como como a medicina tradicional (entrevistas de Nilza, Maria Pedronha, Paula Andrade, Terezinha Dias), a língua local *lunguyè* (entrevistas de Severina “Dinha”, Ilídio da Mata, Maritana dos Santos), ou as práticas culturais do *deixa e*

<sup>9</sup> Entrevista com José Pires. Disponível em:

<https://memoriaparatodos.pt/inweb/interview.aspx?lang=PO&ida=651&ns=2001000&area=page>

<sup>10</sup> Ver as entrevistas em:

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLVIApC7coPuuTi2PxkQICgqqUoaNtSfQm>

<sup>11</sup> Ver as entrevistas em:

<https://memoriaparatodos.pt/inweb/ficha.aspx?ns=310000&lang=PO&id=104>

da música tradicional (entrevistas de Maria José Prazeres, Alberto Ananias, Ernestina da Mata, Cirilo Leite). Essa ligação não é apenas afetiva ou simbólica: é concreta, construída na relação cotidiana com o meio natural e nas práticas partilhadas que estruturam a vida insular. Apesar dos desafios da globalização e da erosão cultural, o desejo de preservar e reativar essa herança –como mostram as ações de Maria José Prazeres, Gilberto Umbelina, Francisco Conceição, Arzemiro “Miro” e Filomena Prazeres –confirma a força de uma identidade territorial moldada pela natureza, pela memória e pela ação coletiva<sup>12</sup>.

Nas entrevistas do projeto Almada, o mar surge como elemento estruturante da identidade coletiva, expressando-se em modos de vida, laços sociais e sentidos de pertença enraizados no território e sustentados por práticas, valores e memórias, que, como é característico das comunidades pesqueiras, moldam a relação íntima entre as pessoas e o mar. António Gomes recorda o seu sogro, José Alves Martins, que, mesmo gravemente doente, recusou afastar-se da Costa da Caparica, preferindo morrer junto ao mar. A centralidade dessa relação é, igualmente, evocada por António Martins, que relembra os saberes complexos associados à pesca, afirmado que “o pescador é um sábio”, moldado pela experiência e intimidade com o mar. Manuel Ribeiro e Paulo José sublinham a ancestralidade dessa ligação, referindo-se ao fato de que a maioria das famílias partilha raízes comuns, ligadas à pesca e à agricultura, e destacando a arte xávega como prática coletiva e símbolo identitário, transformada, hoje, em memória e atração turística. Fernanda da Cruz evoca o cotidiano da Fonte da Telha, povoada por pescadores e casas precárias, revelando um olhar de reconhecimento por esse modo de vida. Carlos Capote e Manuela Mata reforçam a importância da “ligação com o mar” e do peixe na alimentação, assinalando rivalidades entre comunidades piscatórias – do norte, de Ílhavo, e do sul, algarvias – que espelham as dinâmicas internas da vivência marítima. Para Olgário Leonardo, a arte de pescar é “fundamental” e continua viva na geração dos filhos dos antigos pescadores. Carolina Silva Santana ressalta como a ocupação da faixa costeira

---

<sup>12</sup> Ver as entrevistas em:

<https://memoriaparatodos.pt/inweb/ficha.aspx?ns=310000&lang=PO&id=77>

organizava-se a partir da pesca, estruturando outras atividades complementares, “desde o mar até à riba fóssil”. Zélia Maria, ao falar da Trafaria, relembrava um cotidiano marcado pela pesca e pela indústria conserveira.

Nos contextos de marginalidade histórica e geográfica, como nas “Memórias do Contrabando”, Armando Lopes descreve trilhos e serras como espaços carregados de memória e significado, mostrando uma familiaridade intrínseca com a rede de caminhos, até porque tinham de atravessar de noite, escapando aos guardas que pudessem estar atentos. António Veríssimo, Ernesto Cavaleiro, Porfírio Amaro, Felisbina Fernandes, conheciam todos os lugares e cantinhos, sabiam onde estavam os buracos e os obstáculos, desenhandando circuitos diferentes e rotas alternativas, na sua maioria definidos pelas características naturais do território. Contrabandistas e guardas disputam o mesmo conhecimento dos terrenos, das passagens, sabendo onde as mulas faziam barulho ao passar, ou os tempos que cada rota demorava a fazer. Entre uns e outros, contam os territórios, mostrando como eram seus, e deles dependiam. Era preciso conhecer bem e, durante a noite, não colocar o pé no sítio errado, nem deixar os animais afundarem no rio, para não serem presos ou perderem a carga. E sabiam mais: da vegetação que escondia passagens em determinadas alturas do ano, dos terrenos que estavam limpos e onde cabiam os carros puxados pelas burras. Conheciam aquelas terras como ‘a palma das suas mãos’ e com elas compunham um todo. Trilhos, serras e rios não eram apenas elementos geográficos, mas, sim, parte integrante das suas memórias, das suas estratégias de sobrevivência e da sua identidade<sup>13</sup>.

Em todos esses contextos, o enraizamento territorial surge indissociável de sentimentos profundos de continuidade e responsabilidade coletiva. A análise dessas memórias confirma a relevância crítica da história oral enquanto metodologia capaz de revelar como a pertença e o afeto pelos territórios são fundamentos essenciais para formas alternativas e mais sustentáveis de governação territorial. Nesse sentido, reconhecer as vozes locais implica

---

<sup>13</sup> Ver as entrevistas em  
<https://memoriaparatodos.pt/inweb/ficha.aspx?ns=310000&lang=PO&id=49>

valorizar as experiências vividas e os saberes ecológicos como base fundamental para políticas territoriais sensíveis à diversidade cultural, afetiva e ambiental dos territórios habitados e cuidados pelas comunidades.

Eixo 2 – Ecologias situadas: como os territórios moldam as relações entre comunidades e natureza

A análise dos testemunhos recolhidos evidencia que as relações entre comunidades e natureza são profundamente moldadas pelas especificidades dos territórios em que ocorrem. Embora existam dimensões transversais, como a centralidade da memória, o sentido de pertença ou a percepção das mudanças ecológicas, as formas concretas de habitar, cuidar e representar os ecossistemas variam significativamente conforme se trate de espaços florestais, costeiros, urbanos, rurais, insulares ou classificados como Reservas da Biosfera. A leitura comparativa permite considerar os testemunhos como expressões concretas de ecologias vividas, profundamente enraizadas no cotidiano, na oralidade e na memória coletiva.

Nos territórios florestais, como nos projetos “Memórias da Floresta de Vouzela” ou no *Ser Principe*, os entrevistados expressam um vínculo à natureza marcado por dimensões éticas e empíricas. A floresta surge como “um ser que fala”, destacando-se o respeito pelos ritmos naturais, o conhecimento das espécies autóctones e a necessidade permanente de vigilância face ao risco de incêndios. Nesses testemunhos, a oralidade exprime uma memória ecológica crítica (Endres, 2011), destacando os territórios como lugares simultaneamente físicos e simbólicos de resistência e cuidado.

Na ilha do Príncipe, o território é a matriz viva que modela a relação cotidiana entre comunidades e natureza. Essa moldagem territorial manifesta-se na forma como o ambiente condiciona e estrutura os modos de vida, as práticas de cuidado e até a organização comunitária. A criação de áreas marinhas protegidas, como descrita por Ana Alice Prazeres, nasceu da própria experiência dos pescadores e das *palaiês*, que “sentiram no dia a dia a necessidade” de proteger certas zonas, ao reconhecer o desaparecimento de espécies outrora

abundantes. Da mesma forma, as práticas de abate regulado e reflorestação, descritas por Arzemiro Cassandra, articulam saber técnico com conhecimento comunitário e participação cívica, revelando uma governação ambiental fixada no território. Ao apropriarem-se do estatuto de Reserva da Biosfera, os habitantes do Príncipe demonstram que a conservação não é um imperativo externo, mas um processo vivido e moldado pelas especificidades locais – físicas, ecológicas e sociais<sup>14</sup>. Além disso, a ligação entre o saber tradicional e a linguagem é, particularmente, evidente: o modo como se nomeiam plantas, animais e práticas revela um vocabulário ecológico próprio, muitas vezes em risco de desaparecimento. A perda dessas linguagens locais, como mostra o caso do Príncipe, compromete, ainda, a continuidade do conhecimento ecológico tradicional, evidenciando a necessidade de preservar, simultaneamente, o patrimônio linguístico e biocultural.

Nos contextos costeiros e lagunares, como nas “Memórias da Lagoa de Óbidos” e nas “Memórias de Almada”, acentua-se uma percepção aguda da vulnerabilidade ecológica. Os testemunhos recolhidos na Lagoa de Óbidos revelam uma percepção clara dessa vulnerabilidade, centrada no assoreamento, na perda de espécies e no impacto da ação humana. Dário Lopes afirma que a lagoa está condenada a desaparecer devido ao assoreamento, e José Luís Quaresma acrescenta que muitas espécies deixaram de existir ou diminuíram, drasticamente, por causa das alterações nos fundos e na boca da lagoa. Fernando Sousa reforça essa ideia ao referir-se à tendência de desaparecimento das espécies, enquanto Manuela Melo alerta para mudanças recentes e preocupantes, com várias espécies em risco de extinção. Marco António Tomás aponta a poluição e as alterações no ecossistema como causas destas transformações. João Fragoso Ferreira destaca o papel negativo da construção e da pesca intensiva, e José Manuel Violante recorda que, segundo o seu pai, havia muito mais espécies no passado, evidenciando o contraste com a situação atual<sup>15</sup>. O conjunto das

<sup>14</sup> Ver as entrevistas em

<https://memoriaparatodos.pt/inweb/ficha.aspx?ns=310000&lang=PO&id=77>

<sup>15</sup> Ver as entrevistas em

<https://memoriaparatodos.pt/inweb/ficha.aspx?ns=310000&lang=PO&id=62>

memórias, como a de Maria Gabriela Silva, que recorda a abundância de recursos da lagoa como sustento da comunidade, e Marco António Tomás, que descreve como a lagoa molda a identidade local e as tradições, ilustra a ideia de ecologias situadas, onde o território específico da Lagoa de Óbidos historicamente configurou as práticas econômicas, sociais e culturais das comunidades, estabelecendo uma intrínseca relação entre as pessoas e a natureza local<sup>16</sup>. Na Costa da Caparica e na Trafaria, os testemunhos de António Gomes, António Martins, Manuel Ribeiro, Paulo José, Eduardo Ribeiro, Carlos Caria, Olgálio Leonardo e Carolina Silva Santana revelam como o território molda uma relação íntima com o mar, onde a pesca tradicional estruturava a vida cotidiana, a organização social e os saberes locais. A degradação ambiental, a contaminação das águas e a erosão das praias, associadas à perda de práticas como a arte xávega e à pressão do turismo, são percebidas como ameaças ao sustento das comunidades e à continuidade de formas de vida transmitidas entre gerações<sup>17</sup>. Estas narrativas configuram verdadeiras “paisagens emocionais” (Geoghegan; Leyshon, 2009, 2011), nas quais natureza, identidade e sobrevivência encontram-se implicadas, destacando a água como elemento estruturante, simultaneamente fonte de vida e indicador de ameaças.

O projeto “Memórias das Aldeias” ilustra bem o conceito de ecologias situadas. Os relatos revelam a singularidade desses territórios multifacetados, caracterizados por uma grande variedade de paisagens e recursos naturais. Em Bunheiro, António Abreu Freire fala da presença simultânea da Ria, dos pinhais e da fauna local, compondo a riqueza e particularidade dos ecossistemas da região e a vida da aldeia. Em Pardilhó, Marco Pereira menciona a possibilidade de realizar várias colheitas por ano, graças ao clima propício da aldeia<sup>18</sup>. As práticas agrícolas, a pesca, o trabalho nas marinhas e os usos múltiplos da paisagem refletem uma vivência plural e intensiva dos espaços naturais, em uma

<sup>16</sup> Ver as entrevistas em

<https://memoriaparatodos.pt/inweb/ficha.aspx?ns=310000&lang=PO&id=62>

<sup>17</sup> Ver as entrevistas em:

<https://memoriaparatodos.pt/inweb/ficha.aspx?ns=310000&lang=PO&id=130>

<sup>18</sup> Ver as entrevistas em:

<https://memoriaparatodos.pt/inweb/ficha.aspx?ns=310000&lang=PO&id=21>

relação moldada pela diversidade ecológica e pela adaptação às suas especificidades.

Nos espaços urbanos e periurbanos, como evidenciado nos projetos “Memórias das Avenidas” (Rollo *et al.*, 2018) e “Memórias de São Domingos de Benfica”, dois bairros em Lisboa, as referências à natureza emergem de forma significativa, recordando um passado ‘distante’, desafiando visões que a situam em harmonia com a cidade ou exclusivamente no espaço rural. Miriam Halpern Pereira recorda uma “sensação de espaço que hoje se perdeu”, referindo-se às quintas, às placas centrais com árvores, aos lugares floridos durante a Primavera. Rui Romão evoca a diversidade de espécies de árvores e arbustos e as aves, gaios e pombos-turcos que fizeram dali a sua casa. E conta como as figueiras tinham sido plantadas para fornecer alimento às pessoas, sugerindo um ambiente onde o tempo podia ser observado por meio do desenvolvimento da vegetação. Ivone Cunha, também, recorda as quintas em que se semeavam couves e hortaliças<sup>19</sup>. As entrevistas de Fernanda dos Santos, Alcino Torres, António Almeida Júnior, Carlos Almeida Helena Barros, Filomena Grilo, José Tavares da Silva, Sofia Duarte demonstram extensivamente que jardins, matas e, até mesmo, ruas e largos eram espaços onde a comunidade de São Domingos de Benfica não só socializava, mas também desenvolvia práticas ligadas à terra, como agricultura em pequena escala (nas quintas), piqueniques e outras atividades de lazer em espaços naturais, e a transmissão de tradições e conhecimentos relacionados com o ambiente local. A descrição das quintas e da mata como locais de encontro e atividades conjuntas reflete o conceito de ecologias situadas, nas quais a natureza do território moldava as relações sociais e as práticas cotidianas<sup>20</sup>.

O Parque de Serralves, no Porto, distingue-se pela sua singularidade enquanto espaço rural preservado no interior de uma grande cidade em expansão, símbolo de uma ecologia urbana enraizada na história rural da região (Rollo, 2023b). A memória de Serralves, como espaço agrícola e quinta de recreio,

<sup>19</sup> Ver as entrevistas em:

<https://memoriaparatodos.pt/inweb/ficha.aspx?ns=310000&lang=PO&id=34>

<sup>20</sup> Ver as entrevistas em

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLVIApC7coPuuTi2PxkQICgqqUoaNtSfQm>.

manifesta-se nas palavras de Anabela Silva, que descreve a zona da casa como “a parte rural da propriedade”, onde existe, ainda, uma horta. Isabel Koehler, por sua vez, recorda o impacto de descobrir “uma quinta no meio da Boavista”, sublinhando o privilégio de trabalhar em um espaço rural no coração da cidade. Essa percepção é partilhada por outros testemunhos, como os de Helena Loureiro, que fala do “lavrador” que aí produzia hortícolas, e de Carina Bastos, que via em Serralves um “escape, um refúgio ao espaço urbano”. Mais do que um parque urbano, Serralves conserva uma memória viva da ruralidade portuense, configurando um lugar de pertença, de produção e de refúgio, que resiste ao tempo e à urbanização, e que hoje inspira práticas sustentáveis e comunitárias no seio da cidade<sup>21</sup>. Serralves integra, hoje, um importante museu e outras instalações culturais, mas o Parque permanece, constituindo um exemplo simbólico e relevante como lugar de resistência e patrimônio biocultural em contexto urbano.

Em contextos relativos a espaços insulares, como “Ser Principense” e Festa dos Compadres de Santana na ilha da Madeira, as entrevistas revelam cosmologias e práticas particulares de cuidado ecológico, da mesma forma que reforçam a importância das práticas locais e dos saberes tradicionais, particularmente intensificadas pelas condições de insularidade e a escassez de recursos. Lúcia do Espírito Santo (Príncipe) afirma que “a floresta tem dono, mesmo quando não se vê. É preciso pedir licença para entrar,” e Domingos Massango enfatiza a relevância das festas e das práticas agrícolas enquanto manifestações de respeito e reciprocidade com o ambiente. A Festa dos Compadres, patrimônio cultural imaterial de Santana, simboliza uma vivência coletiva profundamente enraizada no território e no seu contexto insular (Rollo, 2024). Essa celebração, que alia crítica social, rituais satíricos e práticas comunitárias, reflete uma ecologia situada em que natureza, cultura e modos de vida entrelaçam-se. Os testemunhos recolhidos no âmbito do projeto evidenciam como o território molda as práticas cotidianas: Marcelino Teles recorda a infância

<sup>21</sup> Ver as entrevistas em  
<https://memoriaparatodos.pt/inweb/ficha.aspx?ns=310000&lang=PO&id=104>

em uma casa de colmo; Alice Teixeira fala do cultivo de milho, semilha e batata-doce; Maria da Conceição Freitas e Albertina Maria Branco descrevem o trabalho artesanal com o vime; Inês Fernandes e Maria Menezes evocam a matança do porco e a alimentação de subsistência; Élia Gouveia destaca o papel do levadeiro na gestão partilhada da água. Essa relação com o meio é inseparável da geografia montanhosa e do isolamento que, historicamente, caracterizou a Madeira, condicionando acessos, organização social e práticas económicas. A classificação de Santana como Reserva da Biosfera veio também reconhecer essa relação singular entre comunidade e natureza, e a Festa dos Compadres avulta como expressão dessa ligação situada e sensível ao território.

As práticas ecológicas nas Reservas da Biosfera são, profundamente, situadas, enraizadas nas condições biofísicas, nos ritmos do lugar e nas histórias locais. Em áreas como os Fajãs de São Jorge, nos Açores, ou no Paul do Boquilobo, o território impõe um tipo de saber que é, simultaneamente, técnico, simbólico e afetivo. Agricultores, pescadores e artesãos descrevem práticas cotidianas que respondem a ciclos naturais específicos: colheitas ligadas à lua, pastoreio de encosta, uso criterioso da água ou a gestão comum dos baldios. A natureza não é um pano de fundo: é agente, é parceira, é, também, um limite e um ensinamento. Como dispõe uma entrevistada da RB de Santana: “a montanha diz-nos o que fazer – e o que não fazer”. Essa reciprocidade é a base de uma relação ecológica não abstrata, mas situada e, historicamente, enraizada. Reforçam a visão do patrimônio biocultural, sublinhando a necessidade de uma governação que articule conservação, bem-estar e reconhecimento dos saberes locais.

Em todos esses contextos, a história oral revela-se como uma ferramenta sensível e crítica às especificidades ecológicas, simbólicas e afetivas dos lugares. Cada território – rural ou urbano, florestal ou costeiro, insular ou continental – gera formas distintas de habitar e de imaginar a natureza. Os testemunhos captam essas relações com precisão emocional, configurando-se como patrimônio vivo e como arquivo crítico das transformações ambientais e sociais. Por meio deles, reconhecemos práticas de cuidado, sentidos de pertença

e propostas de participação que podem e devem informar as políticas públicas e as estratégias de sustentabilidade.

### Eixo 3 – Consciência da interdependência entre comunidades e natureza

Mais do que descrever os territórios como cenários de vida ou recursos, muitos dos testemunhos revelam uma percepção profunda da interdependência entre comunidades e ambientes naturais. Para além da função econômica ou descritiva, os territórios são representados como espaços de relação ética, simbólica e afetiva com elementos não-humanos – terra, terra, mar, floresta, animais, plantas. Esse eixo analítico explora como essa interdependência é reconhecida, sentida e narrada, manifestando-se por meio de experiências concretas, afetos partilhados e valores transmitidos entre gerações.

Essa consciência traduz-se, frequentemente, em uma ética implícita de reciprocidade, expressa na ideia de “cuidar da terra para que ela cuide de nós”, refletindo um entendimento sistémico das relações ecológicas e sociais.

Nas “Memórias da Lagoa de Óbidos”, tal consciência é, particularmente, evidente alertando que a saúde da lagoa configura condição para a sustentabilidade ecológica, econômica e cultural das comunidades. A vulnerabilidade ecológica da lagoa compromete modos de vida locais, o que confere intensidade e assertividade aos testemunhos. Alice Gesteiro defende ser preciso aprender com a natureza e envolver quem melhor conhece a lagoa, alertando para construções desajustadas. António Pereira evoca uma cultura de respeito pelos equilíbrios naturais e critica intervenções recentes. José Luís Quaresma refere-se ao agravamento do assoreamento e à degradação da qualidade da água e das espécies, enquanto José Jesus Caetano associa a falta de renovação da água à deterioração geral do ecossistema, afirmado que “tudo o que se faz pela lagoa beneficia a todos”. Paulo Nobre, mariscador, denuncia as barreiras e a barragem como fatores que “matam” a lagoa, associando-lhes a perda de espécies. Marco António Tomás associa poluição e alterações ao risco de perder a identidade local. Sara Leal Duarte sublinha os impactos da

eutrofização e a urgência de um plano de gestão com mariscadores e pescadores, detentores de um saber sensível e enraizado<sup>22</sup>.

O projeto *Treasuring* é muito expressivo, também, nesse aspecto. Vejam-se as entrevistas com Albertino Adriano, António Lencastre, Tsuere Castro, Victorino Fazenda, Castigo Toeira ou Amemarlita Matos. Alfredo Matavele di-lo de forma eloquente: “[...] a existência humana depende do meio ambiente”, tal como a Hercília Chipanga sublinha, “[...] a nossa sobrevivência depende da forma como vamos nos comportar com o parque”<sup>23</sup>.

No projeto *Reservas da Biosfera*, essa consciência surge nos testemunhos sobre gestão de recursos, preservação da biodiversidade e economia local (Rollo, 2025). Em Porto Santo e no Gerês-Xurés, técnicos e produtores agroflorestais apontam a fragilidade dos ecossistemas como reflexo da fragilidade social. “Se perdemos o bosque, perdemos o pão”, diz um apicultor da Cova da Beira. Em Castro Verde, Manuel Correia explica as práticas agrícolas ajustadas à estepe mediterrânica: “Aqui sabemos onde cresce o trigo e onde pousa o sisão.” No Corvo, Sandra Lima afirma: “Temos de cuidar das vacas como se fossem família. Aqui tudo é à escala da terra.” A saúde dos solos, da água e das florestas é reconhecida como determinante para a qualidade de vida, e a interdependência expressa-se em práticas de cuidado (como as reflorestações no Corvo) e discursos que rejeitam a separação entre natureza e cultura: “conservar é também cuidar de quem cá vive”.

Em “Memórias do Parque de Serralves”, a consciência ecológica, também, emerge da experiência direta do espaço natural como lugar de aprendizagem. A entrevista com a professora Cristina Pereira descreve o Parque como extensão da escola, onde a horta pedagógica e atividades, como o concurso de espantalhos, despertam uma sensibilidade ecológica arraigada no contato com a terra e os ciclos da natureza. Várias entrevistas recordam o tempo em que, como crianças, esse contato ensinou-as a escutar, a reconhecer cores, animais e árvores,

---

<sup>22</sup> Ver as entrevistas em:

<https://memoriaparatodos.pt/inweb/ficha.aspx?ns=310000&lang=PO&id=62>.

<sup>23</sup> Ver as entrevistas em:

<https://memoriaparatodos.pt/inweb/ficha.aspx?ns=310000&lang=PO&id=102>

desenvolvendo uma ética de respeito e ligação com o mundo natural<sup>24</sup>. A natureza é, frequentemente, descrita como entidade comunicativa, próxima da ecologia afetiva proposta por Albrecht (2019).

Nas aldeias, a natureza é parceira indispensável da vida coletiva. Jorge de Oliveira (Silveiro) recorda a regulação agrícola pelos ventos e tempestades. António Abreu Freire (Bunheiro) enfatiza a aprendizagem feita “fora da escola”, observando e respeitando o ambiente. Em Rio de Onor, Deolinda do Campo descreve práticas de uso coletivo dos campos, partilha de trabalho e trocas solidárias, integrando uma economia moral assente na entreajuda. O cotidiano era estruturado por formas de corresponsabilidade com o meio<sup>25</sup>.

Em contextos insulares, como no projeto *Ser Principense*, essa percepção adquire, ainda, maior visibilidade. O ambiente natural é entendido como fonte de vida e de saúde coletiva. Ana Alice Prazeres afirma: “não há cultura sem natureza”, sublinhando que rituais, alimentação e hábitos estão ligados ao que a natureza oferece, o que exige cuidado e reciprocidade. Maria José Prazeres, ao falar da recolha de produtos florestais não lenhosos, insiste na necessidade de “retirar sem agredir”. O gesto de preparar chá medicinal, a escolha do momento certo da lua para colher folhas, ou o cuidado com a floresta (entrevistas de Maria Pedronha, Paula Andrade e Terezinha Dias) exprimem uma ética prática de sustentabilidade<sup>26</sup>. Está, fortemente, presente uma noção integrada de saúde humana e ambiental, que ecoa o conceito contemporâneo de *One Health*, aqui revelado por meio da experiência local, com notável simplicidade e profundidade.

Esses testemunhos demonstram que a noção de interdependência ecológica não é uma ideia abstrata, mas uma realidade intrínseca às comunidades

---

<sup>24</sup> Ver as entrevistas em:

<https://memoriaparatodos.pt/inweb/interview.aspx?ns=2001000&lang=PO&ida=984>

<sup>25</sup> Ver as entrevistas em:

<https://memoriaparatodos.pt/inweb/ficha.aspx?ns=310000&lang=PO&id=21>

<sup>26</sup> Ver as entrevistas em:

<https://memoriaparatodos.pt/inweb/ficha.aspx?ns=310000&lang=PO&id=77>

locais. Essa consciência é crucial para compreender as dinâmicas socioecológicas e para promover práticas de conservação e sustentabilidade territorial.

#### Eixo 4 – Saberes locais e práticas de cuidado ecológico

Uma das contribuições mais relevantes da história oral para a compreensão das dinâmicas socioecológicas reside em sua capacidade de revelar conhecimentos práticos, frequentemente, invisibilizados pelas narrativas técnicas e institucionais. Esses saberes locais, fundados na experiência cotidiana e transmitidos entre gerações, são usados não apenas para assegurar a subsistência, mas, também, para cuidar, conservar e regenerar os ecossistemas. A oralidade capta, simultaneamente, a dimensão empírica e simbólica desses saberes, evidenciando como as comunidades aprendem com o ambiente, adaptam-se às suas transformações e garantem a sua continuidade ecológica e cultural.

Nas entrevistas em análise surgem múltiplas referências a práticas ecológicas específicas: métodos agrícolas sustentáveis, pesca ajustada aos ciclos naturais, gestão responsável de florestas, uso de plantas medicinais e estratégias cuidadosas de gestão de água e solo. O conceito de “refúgios bioculturais” (Barthel; Crumley; Svedin, 2013) ajuda a pensar esses contextos como espaços de resistência à erosão da diversidade ecológica e cultural, onde se preservam práticas resilientes e modos de vida sustentáveis. Tais saberes constituem sistemas de conhecimento alternativos (Berkes, 2012), frequentemente desvalorizados como “menos científicos”, mas com relevância estratégica diante das alterações ambientais globais – não só pela sua eficácia prática, mas pelo valor ético e normativo (Gómez-Bagethun; Corbera; Reyes-García, 2013).

As aldeias oferecem um contexto privilegiado de observação. Em Pardilhó, Marco Pereira evoca a construção artesanal de barcos de madeira; em Torres, Susana Silva fala da produção de esteiras com junco; em Rio de Onor, Deolinda do Campo recorda o fabrico de socos e o cultivo do linho. Esses quadros

cotidianos revelam um saber-fazer cuidadoso, transmitido oralmente, que preserva equilíbrios ecológicos e materializa a cultura local<sup>27</sup>.

Em “Lagoa de Óbidos”, os testemunhos de José Jesus Caetano, José Luís Quaresma, Aníbal Pereira Casimiro, Paulo Nobre, Maria Emilia Irmler e Maximino Alves Martins demonstram uma inteligência ecológica baseada na observação das marés, da circulação da água e da ligação entre mar e lagoa. Práticas como a abertura manual da barra ou o transporte de areia patenteiam um saber coletivo sensível ao impacto das intervenções humanas<sup>28</sup>.

O projeto “Memórias do Contrabando”, na região raiana, expõe saberes ligados à orientação, mobilidade e uso do território natural. Caminhos, rios, ventos, animais e cheiros guiavam os movimentos, exprimindo uma experiência de sobrevivência que inscrevia conhecimento ecológico preciso e historicamente situado.

Em “Memórias da Aldeia”, especialmente em Oleiros e Penela, as práticas agrícolas são descritas como extensivas e livres de químicos, fazendo uso estratégico da biodiversidade. Maria José Vieira afirma: “Sabíamos que o feijão protege o milho, que o sabugueiro afasta bicharada.” Estas práticas empíricas, hoje valorizadas pela agroecologia, persistem graças à transmissão oral e comunitária.

No projeto “Ser Principense”, os testemunhos destacam práticas de colheita sustentável de plantas medicinais e alimentares, ancoradas em uma ética de suficiência e reciprocidade. A medicina tradicional envolve conhecimento detalhado das propriedades das plantas, das fases lunares e das técnicas de recolha, como relatam Maria Pedronha e o grupo de curandeiras da ilha. Arzemiro Cassandra descreve um processo de abate florestal, que exige autorização e reflorestação. Ana Alice Prazeres resume essa ética ao afirmar que a conservação exige “cedência de alguns hábitos” em prol de um bem comum.

---

<sup>27</sup> Ver as entrevistas em:

<https://memoriaparatodos.pt/inweb/ficha.aspx?ns=310000&lang=PO&id=21>

<sup>28</sup> Ver as entrevistas em:

<http://memoriaparatodos.pt/inweb/ficha.aspx?ns=310000&lang=PO&id=62>

Em Meseta Ibérica, no Gerês-Xurés, em Castro Verde ou no Corvo, surgem exemplos de saberes incorporados, adquiridos por observação e repetição: a agricultura extensiva, o manejo do gado, a construção em taipa ou a apanha seletiva de plantas medicinais mostram uma relação integrada entre conservação e uso. Rita Alcazar afirma: “Quando os pastos mudam, as aves mudam”. Manuel Coelho explica: “Sabemos quando parar, deixar repousar, voltar a semear.” Fernando Pereira acrescenta: “Sem floresta não há água, sem água não há ilha.” Sónia Almeida reforça: “A natureza ensina. Quando cuidamos dela, ela devolve em frutos, em sombra, em vida.” Estes testemunhos traduzem uma ética de coabitação e reciprocidade, onde a natureza é parte da comunidade. Em Santana, Maria José Silva fala das ervas medicinais como saber transmitido com precisão: “Aprendemos com as mães e as avós.” No Corvo, António Teixeira resume o espírito coletivo: “Se uma levada entope, toda a comunidade sente. Temos de cuidar como se fosse sangue”. Em vários testemunhos, o desaparecimento destes saberes é sentido como uma perda dupla – cultural e ecológica –, comprometendo tanto a identidade das comunidades como o equilíbrio dos ecossistemas.

Esses saberes, longe de serem meramente utilitários, assume valor estratégico. Em Santana, o artesanato em vime é recuperado com fins pedagógicos; no Tejo-Tajo Internacional, os sistemas agro-silvo-pastoris tornaram-se tema de projetos educativos. A transmissão desses saberes – muitas vezes fora da escola – é vista como essencial à resiliência ecológica.

Apesar disso, várias entrevistas denunciam a sua erosão, devido à modernização, ao abandono rural ou à entrada de tecnologias descontextualizadas. Nas “Memórias das Avenidas”, Miriam Halpern Pereira recorda práticas colaborativas de partilha de saberes e ofícios urbanos ligados ao mundo rural, como os moços de recados, as lavadeiras ou as peixeiras. Inês Matos evoca o quintal do pai, no qual se produzia tudo. Esses testemunhos urbanos também apontam para a revalorização dos saberes locais como patrimônio biocultural estratégico para a sustentabilidade (Pretty; Smith, 2004).

## Eixo 5 – Percepção das transformações e das ameaças ao território

A história oral oferece, ainda, uma lente privilegiada para compreender como as transformações ambientais e sociais são vividas e narradas pelas comunidades, em contraste, frequentemente, com abordagens técnicas e estatísticas. Em vez de se concentrarem apenas em dados quantitativos, essas narrativas revelam os ritmos, os impactos emocionais e as formas de resistência que acompanham as mudanças (Câmara-Leret *et al.*, 2024). Estudos como o de McEwen e outros (2017) mostram que a memória de desastres naturais, como cheias, pode fortalecer a resiliência comunitária e informar estratégias adaptativas.

Os testemunhos recolhidos nos vários projetos em foco delineiam um mapa coerente de preocupações populares em torno das vulnerabilidades ecológicas, sociais e culturais. A percepção das mudanças é, frequentemente, visceral, afetando paisagens, modos de vida, ciclos sazonais e o próprio sentido de identidade das comunidades.

Em “Lagoa de Óbidos”, os testemunhos convergem na percepção de degradação ecológica e perda de biodiversidade. Mário Máximo fala do assoreamento e da redução da diversidade de peixes; Eric de Jesus Nobre denuncia o aumento do lixo e a diminuição da vida selvagem. Maria Emilia Irmler lamenta o desaparecimento do marisco, o qual, em tempos foi sustento das famílias, e apela à responsabilidade das autoridades. A perda ecológica é sentida, também, como perda cultural e afetiva<sup>29</sup>.

Na Floresta de Vouzela, a ausência de cuidado e o abandono dos campos, agravados pelo envelhecimento da população e pela perda de práticas tradicionais de manejo, abriram caminho à expansão do eucalipto e aumentaram a vulnerabilidade ao fogo, como recordam David Silva, António Bordonhos e Alberto Alves, que alertam para os perigos de uma floresta desregulada, marcada pela desertificação humana e pela falta de prevenção<sup>30</sup>. Essa percepção da

<sup>29</sup> Ver as entrevistas em:

<https://memoriaparatodos.pt/inweb/ficha.aspx?ns=310000&lang=PO&id=62>

<sup>30</sup> Ver as entrevistas em:

<https://memoriaparatodos.pt/inweb/ficha.aspx?lang=PO&ns=310000&pid=0&id=120>

floresta, enquanto organismo vivo ameaçado pela falta de cuidado tradicional, ressoa em outras áreas montanhosas, como a Serra do Gerês e a Ilha das Flores.

Em contextos urbanos, como São Domingos de Benfica, os testemunhos associam a transformação urbana à perda de elementos naturais e de um modo de vida mais equilibrado. Fernanda dos Santos recorda: “Antigamente era tudo terras.” José Tavares da Silva lamenta a destruição das quintas e espaços comuns. A urbanização apagou paisagens, ritmos, saberes e referências locais. A Mata de São Domingos, espaço simbólico da freguesia, desapareceu — e com ela, a ligação cotidiana à natureza<sup>31</sup>.

Em Almada, os testemunhos de António Martins, Manuel Ribeiro, Sandra Simões e outros revelam uma transformação profunda das comunidades piscatórias. A substituição da pesca tradicional pelo turismo e pela pressão imobiliária provocou uma rutura no modo de vida local, com impacto direto na paisagem, na cultura e no sentimento de pertença<sup>32</sup>.

Em “Ser Principense”, a noção da interdependência é muito clara, refletindo-se na responsabilidade de cuidar e na percepção da fragilidade do equilíbrio indispensável ao uso dos recursos disponível. A percepção das transformações recentes e das ameaças ao território do Príncipe é marcada por uma consciência crítica sobre os impactos da modernização, da pressão demográfica e das mudanças nos padrões de consumo. Arzemiro Cassandra “Miro” descreve, com acuidade, a passagem “de oito para oitenta”, observando como, em poucas décadas, passou-se de um acesso informal aos recursos naturais para uma exploração mais intensa, com maiores exigências e impactos ambientais: “hoje vê-se uma procura insensata de conquistar esses bens, com construções e investimentos que antes não se viam”. Maria José Prazeres reforça essa preocupação ao reportar-se à escassez crescente de peixe e ao aumento da produção de resíduos associada ao crescimento da população e à intensificação do turismo, reconhecendo que “o Príncipe está na moda” e que isso tem efeitos

<sup>31</sup> Ver as entrevistas em:

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLVIApC7coPuuTi2PxkQICgqqUoaNtSfQm>

<sup>32</sup> Ver as entrevistas em:

<https://memoriaparatodos.pt/inweb/ficha.aspx?ns=310000&lang=PO&id=130>

diretos na pressão sobre os recursos locais. Essas vozes apontam para um sentimento de urgência e uma clara percepção de que a sustentabilidade do território depende de respostas conscientes e partilhadas –e de uma vigilância ativa perante os riscos da sobrecarga ambiental e da perda de equilíbrio entre presença humana e natureza<sup>33</sup>.

A percepção dessas mudanças é, comumente, acompanhada por sentimentos de perda profunda – da biodiversidade, dos modos de vida tradicionais e da coesão comunitária, como no caso da Lagoa de Óbidos e se registram em outros contextos.

Nas zonas urbanas, como nas “Memórias das Avenidas”, a percepção da mudança está associada ao desaparecimento dos espaços verdes comunitários. Nuno Vasconcelos, Miguel Valle de Figueiredo, Heloisa Cid, Antónia Moura e outros evocam a infância em contato com a terra e lamentam a sua substituição por edifícios e asfalto. Os espaços comuns de convívio e aprendizagem desapareceram ou mudaram de função, afastando a natureza da vida urbana<sup>34</sup>.

No projeto “*Treasuring*”, em Moçambique, Hercília Chipanga, entre tantos outros entrevistados, expõe, claramente, os dilemas entre conservação ambiental e subsistência: “[...] só é possível você dizer a pessoa que não pode tocar um certo recurso se esta pessoa tem o que comer”<sup>35</sup>.

Mesmo no projeto “Memórias do Contrabando”, focado em práticas fronteiriças, os entrevistados demonstram consciência ecológica. Benjamim dos Santos Silva associa o desaparecimento de peixes à construção de barragens. Ernesto Cavaleiro descreve a perda de caminhos antigos como sinal de mudança profunda na relação com o território. António Veríssimo fala da diminuição de

---

<sup>33</sup> Ver as entrevistas em:

<https://memoriaparatodos.pt/inweb/ficha.aspx?ns=310000&lang=PO&id=77>

<sup>34</sup> Ver as entrevistas em:

<http://memoriaparatodos.pt/inweb/ficha.aspx?ns=310000&lang=PO&id=34>

<sup>35</sup> Entrevista a Hercília Chipanga. Disponível em:

<https://memoriaparatodos.pt/inweb/interview.aspx?ns=2001000&lang=PO&ida=953>

gado e animais de trabalho, alertando para o desaparecimento de práticas essenciais ao equilíbrio paisagístico<sup>36</sup>.

Esse testemunhos revelam dimensões subjetivas das transformações ambientais e sociais que escapam aos diagnósticos técnicos convencionais. A atenção às percepções locais é fundamental para o planeamento territorial, pois identifica impactos ecológicos e valores culturais essenciais à construção de estratégias eficazes e inclusivas. Testemunhos como os recolhidos por Weaver (2010) sobre comunidades alternativas no Canadá mostram como o regresso à terra implicou a criação de novos vínculos ecológicos e socioculturais. Além disso, essas percepções atuam, muitas vezes, como catalisadores de mobilização comunitária.

#### Eixo 6 – Desejo de participação nas políticas de conservação e defesa da natureza e do património biocultural

Um dos contributos centrais deste artigo é mostrar como a história oral pode funcionar como interface entre memória, cidadania e governação territorial. Ao dar voz às experiências concretas das comunidades, os testemunhos recolhidos no programa MpT, revela-se não apenas o que foi perdido ou transformado, mas, também, o que as pessoas desejam preservar, valorizar e codeterminar. A sua curadoria colaborativa e disponibilização em espaços físicos, ou em plataformas digitais acessíveis, como o MpT, transforma os arquivos em dispositivos vivos de restituição, diálogo e ação. Essas infraestruturas, integradas em práticas de ciência aberta, traduzem o património imaterial em ferramentas de planeamento, educação e governação democrática.

A vontade de participar nos processos que moldam os territórios é expressa, com clareza, pelas comunidades. Mas essa responsabilidade não é exclusiva das populações locais: é essencial que instituições públicas e acadêmicas reconheçam esses saberes como recursos legítimos e indispensáveis à sustentabilidade e à conservação da biodiversidade.

---

<sup>36</sup> Ver as entrevistas em  
<https://memoriaparatodos.pt/inweb/ficha.aspx?ns=310000&lang=PO&id=49>

Vários testemunhos evidenciam que as comunidades não apenas habitam, mas cuidam e interpretam os seus territórios. Esse desejo de participação surge, muitas vezes, em tensão com a ausência de escuta nas políticas públicas. Na “Lagoa de Óbidos”, Sara Leal Duarte defende a construção de um plano de gestão com mariscadores e pescadores. José Luís Quaresma recorda práticas de gestão tradicional da lagoa e critica a desvalorização do saber local. Dörte Schneider e Linda Ehrhardt criaram o grupo Lindomar como forma de intervenção cívica e sensibilização ambiental, enquanto Marco António Tomás reforça a persistência de laços culturais com a lagoa, mesmo após a retração da atividade econômica<sup>37</sup>.

Nas Reservas da Biosfera, o apelo à escuta ativa é reiterado. Fernando Pereira (Corvo) afirma: “Não se pode decidir sobre o Corvo em Lisboa ou Bruxelas sem nos ouvir. Somos os primeiros guardiões desta ilha”. José Tomás (Graciosa) exige seriedade institucional: “Mais do que reuniões, é preciso que nos levem a sério”. António José Lima (Meseta Ibérica) declara: “O pastoreio que fazemos é cuidar da biodiversidade”. Em Castro Verde, Rui Tadeu partilha: “Quando nos ouvem, a coisa resulta.” E Rita Alcazar resume: “As pessoas que trabalham a terra têm de ser parte da decisão. Não são inimigas da natureza”. Estas vozes articulam uma visão de corresponsabilidade, em sintonia com o conceito de *ecological stewardship* (Chapin *et al.*, 2010)

No Príncipe, o envolvimento comunitário nas áreas marinhas protegidas é assumido como prática coletiva: foram os próprios pescadores e palaiês que propuseram a sua criação. Ana Alice Prazeres sublinha que a população aderiu à candidatura da ilha a Reserva da Biosfera com consciência e disponibilidade para cedências. Arzemiro Cassandra reforça a importância do diálogo na implementação de medidas. Maria José Prazeres sintetiza: “Economia e ambiente fazem-se com pessoas.”

Em Vouzela e em outros contextos, surgem diversas referências à intervenção das comunidades, atuando em substituição aos poderes públicos,

---

<sup>37</sup> Ver entrevistas em:

<https://memoriaparatodos.pt/inweb/ficha.aspx?ns=310000&lang=PO&id=62>

enfatizando tanto a capacidade comunitária de ação como a necessidade urgente de integração dessa vontade nas estruturas institucionais com sentido expresso de pertença e responsabilidade ecológica, reforçando os laços comunitários e atuando como forma ativa de resiliência. Em Sacorelhe, David Silva relata o impacto duradouro do incêndio de 2017, enfatizando a necessidade de reflorestação com espécies autóctones e de políticas de prevenção sustentadas<sup>38</sup>.

Em diversas entrevistas, nos vários projetos, surgem relatos sublinhando o papel ativo da literacia e da educação ambiental no fortalecimento da cidadania ecológica. A par disso, o desejo de participação e a afirmação de uma voz coletiva emergem com particular força nos testemunhos de Albertina Maria Branco, António Joaquim, Paula Noite, Isabel Caldeira e Élia Gouveia, que destacam o envolvimento direto das comunidades na preparação da Festa dos Compadres, na recolha de memórias e na valorização da Reserva da Biosfera, expressando uma forma de resistência à turistificação e a vontade de contar a própria história como ato de intervenção cívica e defesa do património biocultural<sup>39</sup>.

Nos projetos urbanos, como as “Memórias das Avenidas”, o desejo de intervenção traduz-se em mobilizações para proteger espaços verdes. Rosa Coutinho lembra-se: “Organizámos reuniões e abaixo-assinados para salvar as hortas onde cresci.” Maria Helena Seabra afirma: “Sem árvores, sem sombra, não há bairro que resista.” Também em São Domingos de Benfica, a cidadania ecológica urbana manifesta-se através da valorização da memória ambiental e da reivindicação de justiça territorial (Dobson, 2003).

No mesmo registro, no caso da Lagoa de Óbidos, as denúncias de ausência institucional e a frustração geral com a falta de envolvimento, escuta e ação das instituições em relação aos problemas da Lagoa são recorrentes.

No projeto “Treasuring”, em Moçambique, a participação comunitária é reclamada como condição para a eficácia das políticas. Hercílio Chipanga,

---

<sup>38</sup> Ver entrevista em:

<https://memoriaparatodos.pt/inweb/ficha.aspx?lang=PO&ns=310000&pid=0&id=120>.

<sup>39</sup> Ver as entrevistas em:

<https://memoriaparatodos.pt/inweb/ficha.aspx?ns=310000&lang=PO&id=136->

Marcelino Guezane e Laura Adamo<sup>40</sup> defendem o envolvimento direto das comunidades na definição de regras, por meio dos comitês locais e encontros regulares com chefias tradicionais. A corresponsabilização surge como resposta à imposição unilateral de normas externas e ecoa uma exigência de justiça epistêmica (Fricker, 2007).

Nas aldeias, várias vozes reivindicam um papel ativo das comunidades na proteção do território e na definição de estratégias para o futuro. Paulo Pinto, em Vilas Boas, criou um projeto de turismo rural inspirado na memória coletiva, valorizando os percursos afetivos e a ligação emocional à paisagem. Em Pardilhó, Paulo Nunes critica a imposição de projetos externos sem consulta às populações, enquanto em Silveiro, Paulo Martins enfatiza o papel das associações como instrumentos de ação local. Em Rio de Onor, Deolinda do Campo oferece um testemunho singular: ao relatar as dificuldades de atravessar a fronteira com Espanha e a existência de propriedades em ambos os lados, evoca uma identidade transfronteiriça, a qual resiste às imposições administrativas. A sua descrição da organização comunitária e da decisão partilhada nas tarefas reforça a ideia de participação quotidiana e soberania local sobre os destinos comuns<sup>41</sup>.

Esse eixo mostra que o desejo de participação é real, plural e enraizado. A história oral, ao captar essas vontades, transforma-se em ferramenta de intervenção e diagnóstico. A escuta não é apenas um gesto ético – é condição de eficácia e justiça. As entrevistas constituem atos políticos que reclamam reconhecimento e revelam horizontes de ação coletiva, desafiando as narrativas unilaterais do desenvolvimento.

Como demonstrou Rudin (2010), os testemunhos orais podem reconfigurar narrativas institucionais e contribuir para políticas mais inclusivas. A história oral, nesse contexto, não se limita a documentar: revela cidadanias emergentes e visões alternativas de futuro territorial, construídas a partir do conhecimento vivido.

<sup>40</sup> Entrevista a Laura Adamo,

<https://memoriaparatodos.pt/inweb/interview.aspx?ns=2001000&lang=PO&ida=923>

<sup>41</sup> Entrevistas em <https://memoriaparatodos.pt/inweb/ficha.aspx?ns=310000&lang=PO&id=21>

## Conclusão - Ouçam, por favor: história oral, memória e políticas de sustentabilidade

Este artigo procurou demonstrar o contributo da história oral enquanto abordagem epistemológica, ética e política para conhecer e interpretar, criticamente, as relações entre comunidades e os seus territórios, à luz das dinâmicas socioecológicas contemporâneas. Com base em um corpus alargado de entrevistas recolhidas no âmbito do programa *Memória para Todos*, analisaram-se práticas, saberes, percepções e reivindicações que expressam modos plurais de habitar, cuidar e imaginar a natureza. Por meio dessa análise, defende-se a valorização da história oral como instrumento relevante para informar estratégias de sustentabilidade, governação participativa e reconhecimento do património biocultural.

A estrutura analítica do artigo, organizada em torno de seis eixos temáticos, permitiu evidenciar que as narrativas orais constituem ecologias da memória: repositórios vivos em que se cruzam experiências intergeracionais, práticas de cuidado, afetos e conhecimento situado. Esses testemunhos documentam o passado, oferecem diagnósticos populares e propostas de futuro, baseadas em uma leitura relacional e integrada dos territórios. Ao serem partilhadas e debatidas, essas memórias contribuem para o reforço da identidade comunitária, revelando a continuidade e transformação de valores, saberes e sentidos de pertença.

Esta análise responde aos três objetivos centrais do artigo: destacar o valor epistemológico e político da história oral como abordagem capaz de revelar saberes e experiências situadas; explorar a sua relevância para a compreensão das dinâmicas socioecológicas e dos vínculos entre natureza e cultura; e discutir o seu potencial para informar políticas públicas mais participativas, territorialmente enraizadas e sensíveis à diversidade ecológica e cultural.

O sentido de pertença emerge como dimensão fundadora da relação com o lugar, conferindo densidade afetiva e política às práticas quotidianas. A diversidade ecológica dos territórios analisados – florestas, serras, lagunas, zonas urbanas densificadas ou insularidades – revelou-se determinante na

configuração das memórias e dos saberes, expressando formas distintas de experiência ecológica e de construção do comum. Essa diversidade evidencia, desse modo, um denominador partilhado: a presença de uma ética de cuidado e de uma consciência relacional do território como espaço vivido e co-construído. A consciência de interdependência entre pessoas e natureza articula uma ética da reciprocidade com um entendimento profundo dos ciclos naturais. Os saberes locais, incorporados e transmitidos oralmente, constituem sistemas complexos de conhecimento empírico e normativo, constituindo refúgios bioculturais e plataformas de inovação situada. A percepção das ameaças e transformações ambientais é expressa com clareza e urgência, apontando vulnerabilidades concretas e sugerindo formas de adaptação. Esses testemunhos permitem identificar sinais de resiliência comunitária e conhecer a capacidade local de avaliação de riscos, ajustamento e projeção de alternativas. Por fim, o desejo de participação nas políticas públicas traduz-se em uma reivindicação de escuta, reconhecimento e corresponsabilidade na definição das estratégias de conservação e no desenvolvimento territorial.

Essas contribuições demonstram que a história oral permite aceder a formas de conhecimento, frequentemente, desconsideradas nos processos de planeamento e avaliação ambiental. Ao tornar visíveis saberes tácitos, afetos e experiências situadas, a história contribui para corrigir assimetrias epistêmicas, reforçar a coesão comunitária e sustentar políticas locais justas e adequadas. As entrevistas analisadas testemunham práticas de resistência, propostas de cogovernação e desejos de continuidade, revelando uma cidadania ecológica ativa e territorializada.

Nesse quadro, propõe-se uma integração estratégica da história oral nas políticas de sustentabilidade e conservação, por memmio de cinco linhas de ação prioritárias:

1. Reconhecimento institucional da história oral como ferramenta relevante para o diagnóstico e o planeamento territorial;

2. Integração sistemática das narrativas orais nos processos de avaliação de impacto, monitorização ambiental e definição de indicadores qualitativos;
3. Valorização dos saberes locais como património biocultural estratégico, apoiando a sua documentação, transmissão e articulação com políticas públicas;
4. Criação/apoio de plataformas colaborativas de escuta, curadoria comunitária e restituição digital, em alinhamento com os princípios da ciência aberta e da justiça epistémica;
5. Promoção da literacia ecológica e da escuta ativa, reconhecendo a memória como ferramenta de transformação e de cidadania.

A escuta das comunidades não é apenas um gesto ético ou simbólico

- é uma condição concreta para políticas públicas mais justas, sustentáveis e partilhadas. “Ouçam, por favor”, como título e apelo, sintetiza essa exigência de reconhecimento e reposicionamento das vozes comunitárias no centro das decisões territoriais. Escutar as memórias não é apenas recordar: é partilhar autoridade, valorizar experiências e reconhecer que as soluções para os desafios ecológicos contemporâneos exigem múltiplas formas de conhecimento, comprometidas com o lugar e com as pessoas que o habitam. Essa abordagem converge com propostas recentes que defendem a integração entre natureza, cultura e direito como eixo estruturante de políticas públicas (Bhati; Epstein, 2023).

A história oral afirma-se como um ato político de reconhecimento e valorização das múltiplas formas de conhecimento e prática comunitária, que constituem recursos indispensáveis para a sustentabilidade futura dos territórios. Escutar as memórias não é apenas recordar: é reconhecer autoridade, partilhar decisão e transformar a escuta em ação.

## Referências

ALBAGLI, S.; IWAMA, A. Y. Citizen science and the right to research: building local knowledge of climate change impacts. *Humanities and Social Sciences Communications*, v. 9, v. 39, p. 1-13, 2022.

ALBRECHT, G. *Earth Emotions: new words for a new world*. Ithaca: Cornell University Press, 2019.

ARMIERO, M. Anthropocene: victims, narrators, and revolutionaries. *South Atlantic Quarterly*, v. 116, n. 2, p. 345–362, 2017.

ARMIERO, M. *Wasteocene: Stories from the Global Dump*. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

ARMIERO, M.; SEDREZ, L. *A History of environmentalism: local struggles, global histories*. London: Bloomsbury Academic, 2014.

BARTHEL, S.; CRUMLEY, C. L.; SVEDIN, U. *Biocultural refugia: combating the erosion of diversity in landscapes of food production*. *Ecology and Society*, v. 18, n. 4, art. 71, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.5751/ES-06207-180471>

BERKES, F. *Sacred ecology: traditional ecological knowledge and resource management*. London: Routledge, 2012.

BERTI SUMAN, A.; ALBLAS, E. Exploring citizen science over time: sensing, technology and the law. *Sustainability*, v. 15, 4496, 2023.

BHATI, H. V.; EPSTEIN, Y. Protection of biocultural heritage in the Anthropocene: towards reconciling natural, cultural, tangible and intangible heritage. *Journal of Environmental Law*, v. 35, p. 353–375, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1093/jel/eqad020>

CÂMARA-LERET, R.; ROEHRDANZ, P. R.; BASCOMPTE, J. Amazonian biocultural heritage under climate change. *bioRxiv*, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1101/2024.10.16.617268>

CHAPIN, F. S. et al. Ecosystem stewardship: sustainability strategies for a rapidly changing planet. *Trends in Ecology & Evolution*, v. 25, n. 4, p. 241–249, 2010.

CRATE, S. A. Gone the bull of winter? Grappling with the cultural implications of and anthropology's role(s) in global climate change. *Current Anthropology*, v. 49, n. 4, p. 569–595, 2008.

DOBSON, A. *Citizenship and the environment*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

ENDRES, D. Environmental oral history and the power of testimony. *Environmental Communication*, v. 5, n. 3, p. 363–385, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1080/17524032.2011.610810>

ENDRES, D. Environmental oral history. *Environment and History*, v. 20, n. 4, p. 495–512, 2014.

FRICKER, M. *Epistemic Injustice: Power and the Ethics of Knowing*. New York: Oxford University Press, 2007.

GEOGHEGAN, H.; LEYSHON, C. 'On the way to somewhere else': mobilities, dwelling and place-making in a recycled garden. *Social & Cultural Geography*, v. 10, n. 7, p. 807–828, 2009.

GEOGHEGAN, H.; LEYSHON, C. On 'being' a geographer and practising geography: reconsidering techniques, processes and meanings. *Area*, v. 43, n. 2, p. 130–136, 2011.

GÓMEZ-BAGGETHUN, E.; CORBERA, E.; REYES-GARCÍA, V. Traditional Ecological Knowledge and Global Environmental Change: Research Findings and Policy Implications. *Ecology and Society*, v. 18, n. 4, art. 72, 2013. DOI: <https://doi.org/10.5751/ES-06288-180472>

HARAWAY, D. Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. *Feminist Studies*, v. 14, n. 3, p. 575–599, 1988.

HUSSEY, S.; THOMPSON, P. *The Roots of Environmental Consciousness: Popular Tradition and Personal Experience*. London: Routledge, 2001.

JONG, S. Collecting: turning communicative memory into cultural memory. In: JONG, S. *The Witness as Object*: video testimonies in Holocaust Museums. New York: Berghahn Books, 2018. p. 71–92.

LEDDY, L. Interviewing Nookomis and other reflections: the promise of community collaboration. *Oral History Forum d'histoire orale*, v. 30, p. 1-18, 2010.

McEWEN, L. et al. Sustainable flood memories, lay knowledges and the development of community resilience to future flood risk. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 42, p. 14–28, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1111/tran.12149>

MAFFI, L. (org.). *On Biocultural Diversity: Linking Language, Knowledge, and the Environment*. Washington D.C.: Smithsonian Institution Press, 2001.

MAFFI, L. Linguistic, cultural, and biological diversity. *Annual Review of Anthropology*, v. 34, p. 599–617, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev.anthro.34.081804.120437>

MEMÓRIA PARA TODOS. Disponível em: <https://www.memoriaparatodos.pt>  
Acesso em: 3 jul. 2025.

PORTELLI, A. Oral history as genre. In: CHAMBERLAIN, M.; THOMPSON, P. R. (org.). *Narrative and Genre: Contexts and Types of Communication*. London: Routledge, 1989. p. 23–45.

PORTELLI, A. *The Battle of Valle Giulia: Oral History and the Art of Dialogue*. Madison: University of Wisconsin Press, 1997.

POSEY, D. A. (org.). *Cultural and Spiritual Values of Biodiversity*. Paris: UNESCO; London: Intermediate Technology Publications, 1999.

PRETTY, J.; SMITH, D. Social capital in biodiversity conservation and management. *Conservation Biology*, v. 18, n. 3, p. 631–638, 2004.

RESERVAS da Biosfera de Portugal. Disponível em:  
<https://www.reservasdabiosfera.pt/en/>. Acesso em: 3 jul. 2025.

RIEDLINGER, D.; BERKES, F. Contributions of traditional knowledge to understanding climate change in the Canadian Arctic. *Polar Record*, v. 37, n. 203, p. 315–328, 2001.

ROLLO, M. F. Desafios e responsabilidades das humanidades digitais: preservar a memória, valorizar o património, promover e disseminar o conhecimento. *Estudos Históricos*, v. 69, p. 19-44, 2020. DOI:  
<https://doi.org/10.1590/S2178-149420200001000003>

ROLLO, M. F. Memória para Todos: um programa de história pública e colaborativa. In: RABÉLO DE ALMEIDA, J.; RODRIGUES, R. R. (org.). *História pública em movimento: letra e voz*. São Paulo: Letra e Voz, 2021. p. 39–45.

ROLLO, M. F. *History of Portuguese Biosphere Reserves*. Lisboa: NOVA FCSH, 2023a. DOI: <https://doi.org/10.34619/vqnn-ypzd>

ROLLO, M. F. *Parque de Serralves: 100 anos de história*. Fundação de Serralves, 2023b.

ROLLO, M. F. et al. Memory from the Avenues: a collaborative strategy towards local history and heritage. *Memoria Media Review*, v. 3, n. 8, p. 1-11, 2018.

ROLLO, M. F. et al. *Festa dos compadres: a voz da comunidade, entre a tradição e a modernidade*. Santana: Câmara Municipal de Santana, 2024.

ROLLO, M. F.; SILVA, F. G.; CASTAÑO, I.; QUEIROZ, M. I.; SEIXAS, L. M. *Atas do Encontro Memória para Todos 2019*. DOI: <https://doi.org/10.34619/ve7b-nzzn>

ROLLO, Maria Fernanda. Interconnected Nature and People: Biosphere Reserves and the Power of Memory and Oral Histories as Biocultural Heritage for a Sustainable Future. *Sustainability*, v. 17, n. 9, p. 4030, 2025. DOI: <https://doi.org/10.3390/su17094030>

RUDIN, R. Voices of Kouchibouguac. *Oral History Forum d'histoire orale*, v. 30, p. 1-2, 2010. Disponível em:  
<https://www.oralhistoryforum.ca/index.php/ohf/issue/view/36/index.html>  
Acesso em: 3 jul. 2025.

SER PRINCIPENSE. Disponível em:  
<https://memoriaparatodos.pt/inweb/ficha.aspx?ns=310000&lang=PO&id=77>.  
Acesso em: 3 jul. 2025.

SLIM, H.; THOMPSON, P. *Listening for a Change: Oral Testimony and Development*. London: Panos Publications, 1993.

SOWARDS, A. M. "We're All Kinda Crazy": Smokejumpers and Western Forests. *Oral History Forum d'histoire orale*, v. 30, p. 1-22, 2010.

SPRENGER, F. *The environment: a history of the idea*. Chicago: University of Chicago Press, 2019.

TAUGINIENÉ, L. et al. Citizen science in the social sciences and humanities: the power of interdisciplinarity. *Palgrave Communications*, v. 6, p. 89, 2020.  
Disponível em: <https://doi.org/10.1057/s41599-020-0471-y> Acesso em: 3 jul. 2025.

THOMPSON, P. *The Voice of the Past: Oral History*. Oxford: Oxford University Press, 1978.

THOMPSON, P. *The Voice of the Past: Oral History*. 2. ed. rev. Oxford: Oxford University Press, 1988.

THOMPSON, P. *The Voice of the Past: Oral History*. 3. ed. Oxford: Oxford University Press, 2000.

WEAVER, S. First Encounters: 1970s Back-to-the-land.... *Oral History Forum d'histoire orale*, v. 30, p. 1-30, 2010. Disponível em:  
<https://www.oralhistoryforum.ca/index.php/ohf/article/view/387>. Acesso em: 3 jul. 2025.

WILLIAMS, B. S.; RILEY, M. The challenge of oral history to environmental history. *Environment and History*, v. 26, n. 2, p. 207-231, 2020.